



Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas - 3º Trimestre 2021



Balanço Patrimonial	4
Demonstração do Resultado do Exercício	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9
Demonstração do Valor Adicionado	10
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	11
Nota 1. Contexto Operacional	12
1.1. Informações gerais do contexto econômico e considerações acerca da COVID- 19	12
Nota 2. Preparação e apresentação das demonstrações financeiras	13
2.1. Declaração de conformidade com as normas brasileiras de contabilidade	13
2.2. Base de mensuração	13
2.3. Moeda funcional e de apresentação	14
2.4. Uso de estimativas e julgamentos	14
2.5. Mensuração do valor justo	14
2.6. Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC	14
2.7. Demonstração do Valor Adicionado - DVA	14
Nota 3. Mudanças de política contábil com efeito retroativo	14
3.1. Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa	14
3.2. Montante dos ajustes	15
3.2.1. Impacto no Ativo Fiscal Diferido	15
3.3. Impacto nas demonstrações financeiras	15
Nota 4. Resumo das principais políticas contábeis	16
4.1. Ativo Imobilizado	16
4.2. Ativo Intangível	16
4.3. Benefícios a empregados	16
4.4. Caixa e equivalente de caixa	16
4.5. Instrumentos financeiros	16
4.5.1. Fundo de aplicação extramercado	16
4.5.2. Créditos a receber de clientes	17
4.5.3. Contas a pagar ou fornecedores	17
4.6. Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa	17
4.7. Provisões trabalhistas e cíveis	18
4.8. Provisões administrativas e tributárias	18
4.9. Receita operacional	18
4.10. Apresentação pelo valor líquido	18

Ativo	18
Ativo Circulante	18
Nota 5. Caixa e equivalente de caixa	18
5.1. Bancos conta movimento	18
5.2. Aplicação financeira	18
5.3. Reconciliação do Fluxo de Caixa	19
Nota 6. Créditos a receber	20
6.1. Clientes	20
6.2. Ressarcimento de Pessoal cedido a órgãos externos	20
6.3. Créditos tributários	21
Nota 7. Ativo não circulante para venda	21
Ativo Não Circulante	22
Nota 8. Realizável a longo prazo	22
8.1. Depósitos judiciais e recursais	22
8.2. Ressarcimento de pessoal	22
8.2.1. Despesas judiciais	22
8.2.2. Provisões trabalhistas	22
8.3. Créditos tributários diferidos	22
8.4. Créditos realizáveis a longo prazo	23
Nota 9. Imobilizado	23
9.1. Movimentação	23
9.2. Movimentação da depreciação/ amortização	24
Nota 10. Intangível	24
Passivo Circulante	24
Nota 11. Consignações	24
Nota 12. Tributos e Encargos	24
12.1. Passivo fiscal diferido	25
12.2. PASEP/COFINS a recolher	25
12.3. CPRB a recolher	25
12.4. FGTS a recolher	25
Nota 13. Obrigações a pagar	25
13.1. Fornecedores	26
13.2. Obrigações com pessoal a pagar e encargos trabalhistas	26
13.3. Programa de Demissão Voluntária - PDV	26
13.4. Provisão do Acordo Coletivo de Trabalho - ACT	26

13.5. Plano de previdência complementar	26
Nota 14. Obrigações tributárias	27
Nota 15. Provisões trabalhistas, cíveis e administrativas	27
15.1. Classificação dos riscos processuais trabalhistas e cíveis	27
15.1.1. Processos judiciais de riscos prováveis	27
15.1.2. Movimentação dos processos trabalhistas e cíveis	28
15.1.6. Declaração da Administração quanto ao reconhecimento e divulgação de provisões judiciais	29
15.2. Provisões administrativas	29
Nota 16. Resultado do Exercício	29
16.1. Receita Bruta	29
16.1.1. Composição por obrigação de desempenho	29
16.2. Receita Líquida	30
16.3. Custos e despesas operacionais	31
16.3.1. Aumentos e Reduções dos gastos	31
16.3.2. Custo de benefícios de assistência à saúde aos empregados - CGPAR	32
16.3.2.1. Gasto total em Saúde - Set/2021	32
16.3.2.2 Participação custeio Assistência à Saúde - 2021	33
16.5. Tributos sobre o lucro	33
16.5.1. Imposto de Renda e Contribuição Social	34
16.5.2. Conciliação da despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	34
16.5.3. Demonstração da apuração do lucro a excluir do IRPJ	34
16.5.3.1. Distribuição da Receita Líquida	35
16.5.3.2. Apuração do lucro atribuído ao setor público a excluir do IRPJ	35
16.5.4. Movimentação dos saldos dos ativos e passivos fiscais diferidos	35
16.5.5. Reflexo da aplicação da Imunidade Tributária no IRPJ	36
16.5.5.1. Reflexo na apuração dos tributos correntes	36
16.5.5.2. Reflexo na apuração dos tributos diferidos	36
Nota 17. Partes Relacionadas	36
17.1. Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC	36
17.2. Composição dos órgãos estatutários	37
Anexo I. Normas brasileiras de contabilidade aplicáveis	39
Anexo II. Legislação aplicável	40
Anexo III. Sumário de siglas e abreviaturas	42

Balanco Patrimonial

Em milhares de R\$

Ativo	NE	30/09/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2019 (Reapresentado)	31/12/2019 (Reapresentado)
Circulante		2.557.816	2.408.889	1.851.001	1.233.927
. Caixa e equivalentes de caixa	5	1.673.272	1.694.495	1.007.510	487.881
. Ativos financeiros		612	587	438	462
. Créditos a receber	6	880.800	710.818	839.990	741.985
Clientes	6.1	642.978	460.413	589.715	572.113
Ressarcimento de pessoal	6.2	97.304	99.145	81.145	88.349
Créditos diversos a receber		57.469	41.165	23.476	2.382
Créditos tributários	6.3	83.049	110.096	145.654	79.140
. Bens, Valores e Demais de curto prazo		424	280	355	891
. Ativo não circulante mantido para venda	7	2.708	2.708	2.708	2.708
Não Circulante		1.897.005	1.811.233	1.864.482	1.741.591
. Realizável a longo prazo	8	1.323.919	1.198.794	1.323.765	1.187.453
Depósitos judiciais e recursais	8.1	324.196	275.743	230.544	289.827
Ressarcimento de pessoal	8.2	322.618	314.322	351.731	408.413
Créditos tributários diferidos	8.3	553.186	500.115	640.038	428.855
Créditos realizáveis a longo prazo	8.4	123.597	108.292	101.386	60.287
Outros ativos		322	321	66	72
. Imobilizado	9	498.840	548.144	476.669	475.360
. Intangível	10	74.246	64.295	64.048	78.778
Total do Ativo		4.454.821	4.220.122	3.715.482	2.975.519

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas.

Passivo	NE	30/09/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2019 (Reapresentado)	31/12/2019 (Reapresentado)
Circulante		857.407	1.118.140	898.964	814.469
. Consignações	11	50.331	95.427	91.234	56.445
. Tributos e encargos sociais	12	184.862	164.850	156.528	174.725
. Depósitos diversas origens		857	1.697	3.589	3.772
. Obrigações a pagar	13	621.357	856.166	647.613	579.527
Fornecedores	13.1	36.695	163.754	103.589	126.542
Pessoal a pagar e encargos trabalhistas	13.2	420.396	309.822	295.553	289.271
Ações Programa de Demissão Voluntária	13.3	10.085	117.617	0	0
Processo trabalhista a pagar		76.090	64.561	65.214	74.483
Provisão acordo coletivo de trabalho	13.4	0	25.574	0	0
Plano de previdência complementar	13.5	13.568	35.941	37.952	37.178
Participação nos lucros ou resultados		439	29.147	29.646	
Dividendos/Juros sobre o capital próprio		64.011	109.749	115.627	52.019
Outras obrigações		73	0	32	34
Não Circulante		1.557.593	1.353.770	1.799.690	1.178.067
Obrigações tributárias	14	394.727	241.920	80.204	45.851
Processo trabalhista a pagar		7.241	55.416	118.057	180.240
Provisões trabalhistas, cíveis e administrativas	15	538.074	444.505	388.163	242.956
Benefícios pós-emprego		612.951	607.189	1.212.546	708.270
Obrigações judiciais e demais obrigações		4.601	4.740	720	750
Patrimônio Líquido		2.039.821	1.748.212	1.016.830	982.983
. Capital		1.061.005	1.061.005	1.061.005	1.061.005
. Reservas		860.803	870.440	648.492	309.753
Reservas de reavaliação		77.213	78.009	79.096	138.214
Reservas de lucros		783.590	792.431	569.396	171.538
. Dividendo adicional proposto		0	109.749	0	0
. Outros resultados abrangentes		(292.957)	(292.983)	(692.667)	(387.775)
. Lucros ou Prejuízos acumulados		410.970	0	0	
Total Do Passivo		4.454.821	4.220.122	3.715.484	2.975.519

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas.

Demonstração do Resultado do Exercício

Em milhares de R\$

	NE	30/09/2021	30/09/202 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	16.2	2.042.271	2.008.249
Custo dos serviços prestados	16.3	(1.040.512)	(1.103.231)
Lucro bruto		1.001.759	905.018
Despesas operacionais (exceto resultado financeiro)		(562.081)	(565.963)
Despesas com pessoal e benefícios		(319.729)	(364.541)
Depreciação e amortização		(21.012)	(17.218)
Locação		(17.258)	(7.838)
Manutenção		(18.115)	(29.588)
Serviços de comunicação		(6.586)	(3.871)
Serviços profissionais e contratados		(15.887)	(25.876)
Serviços públicos		(5.368)	(7.325)
Resultado com créditos a receber		(20.522)	(46.890)
Despesas tributárias diversas		(4.208)	(2.237)
Materiais		(2.416)	(2.367)
Outras despesas/receitas		(37.728)	(13.655)
Resultado com ações judiciais		(93.252)	(44.557)
Resultado financeiro	16.4	51.380	47.048
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		491.058	386.103
Tributos sobre o lucro	16.5	(25.714)	(19.411)
Tributos correntes		(84.187)	(51.539)
Tributos diferidos		58.473	32.128
Lucro/Prejuízo líquido do exercício		465.344	366.692

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas

Em milhares de R\$

	3º Trimestre 2021	3º Trimestre 2020 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	709.469	699.681
Custo dos serviços prestados	(353.190)	(399.226)
Lucro bruto	356.279	300.455
Despesas operacionais (exceto resultado financeiro)	(268.152)	(181.282)
Despesas com pessoal e benefícios	(102.814)	(106.248)
Depreciação e amortização	(6.939)	(6.148)
Locação	(9.264)	(2.171)
Manutenção	(2.104)	(12.848)
Serviços de comunicação	(3.054)	(2.117)
Serviços profissionais e contratados	(9.531)	(9.159)
Serviços públicos	(1.953)	(2.181)
Resultado com créditos a receber	(1.562)	(15.082)
Despesas tributárias diversas	(198)	(790)
Materiais	(777)	(1.319)
Outras despesas/receitas	(11.000)	(3.671)
Resultado com ações judiciais	(118.956)	(19.548)
Resultado financeiro	20.371	1.713
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	108.498	120.886
Tributos sobre o lucro	3.314	314
Tributos correntes	(36.893)	(16.180)
Tributos diferidos	40.207	16.494
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	111.812	121.200

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas

Demonstração do Resultado Abrangente

Em milhares de R\$

	30/09/2021	30/09/2020 (Reapresentado)
Resultado líquido do período	465.344	366.691
(+/-) Outros resultados abrangentes		
Ajustes de passivo atuarial	25	40
Resultado abrangente no período	465.369	366.731

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas

	3º Trimestre 2021	3º Trimestre 2020 (Reapresentado)
Resultado líquido do período	111.812	121.200
(+/-) Outros resultados abrangentes		
Ajustes de passivo atuarial	46	43
Resultado abrangente no período	111.859	212.243

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas

Demonstração do Fluxo de Caixa

Em milhares de R\$

	Setembro 2021	Setembro 2020
Atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	2.010.392	1.921.887
Recebimentos de clientes – exercícios anteriores	211.446	315.411
Ressarcimento de pessoal requisitado	242.647	218.527
Outros recebimentos	83.095	91.105
Tributos e encargos	(268.024)	(243.025)
Pessoal e encargos	(1.469.030)	(1.396.444)
Sentenças judiciais	(166.854)	(71.900)
Pagamentos a fornecedores	(297.907)	(270.392)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais (a)	345.765	565.169
Atividades de Investimentos		
Pagamento Imobilizado/ intangível	(145.644)	(63.278)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento (b)	(145.644)	(63.278)
Atividades de Financiamento		
Dividendos pagos	(221.344)	(117.613)
Caixa líquido gerado nas atividades de Financiamento (c)	(221.344)	(117.613)
Movimentação líquida de caixa e equivalente de caixa (a) + (b) + (c)	(21.223)	384.278
Saldo inicial – caixa e equivalentes de caixa	1.694.495	1.007.510
Saldo final – caixa e equivalentes de caixa	1.673.272	1.391.787

Demonstração do Valor Adicionado

Em milhares de R\$

Geração do valor adicionado	Janeiro a Setembro 2021	%	Janeiro a Setembro 2020	%
1 - Receitas	2.398.204	119,29%	2.333.299	115,52%
1.1 - Vendas de Serviços	2.496.961	124,21%	2.395.386	118,60%
1.2 - Perdas Estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(20.522)	-1,02%	(46.890)	-2,32%
1.3 - Descontos Concedidos	(76.417)	-3,80%	(3.266)	-0,16%
1.4 - Vendas Canceladas	(1.818)	-0,09%	(11.930)	-0,59%
2 - Insumos adquiridos de terceiros	(278.281)	-13,84%	(257.063)	-12,73%
3 - Valor adicionado bruto (1-2)	2.119.923	105,45%	2.076.237	102,80%
4 - Retenções	(166.833)	-8,30%	(126.235)	-6,25%
4.1 - Depreciações e Amortizações	(73.581)	-3,66%	(81.678)	-4,04%
4.2 - Resultados com Ações Judiciais	(93.252)	-4,64%	(44.557)	-2,21%
5 - Valor adicionado líquido (3-4)	1.953.090	97,15%	1.950.002	96,55%
6 - Recebido de terceiros	57.238	2,85%	69.774	3,45%
6.1 - Receitas Financeiras	57.238	2,85%	69.774	3,45%
7 - Valor adicionado total a distribuir (5 + 6)	2.010.328	100,00%	2.019.775	100,00%
Distribuição do valor adicionado	Janeiro a Setembro 2021	%	Janeiro a Setembro 2020	%
7.1 - Empregados (Salários, Encargos, Benef.)	1.069.545	53,20%	1.200.080	59,42%
7.2 - Governo (Impostos e Contribuições)	456.335	22,70%	443.181	21,94%
7.3 - Capitais de Terceiros	17.258	0,86%	7.837	0,39%
7.4 - Capital Próprio	467.189	23,24%	368.677	18,25%
Acionista (Dividendos e Juros s. Capital Próprio)	0	0,00%	0	0,00%
Acionista (Juro e Dividendos Exerc. Anteriores)	1.845	0,09%	1.986	0,10%
Lucros/Prejuízos Retidos	402.130	20,00%	320.629	15,87%
Dividendos Adicionais Propostos	63.215	3,14%	46.062	2,28%
Total	2.010.328	100,00%	2.019.775	100,00%

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de R\$

	Capital	Reservas			Outras Reservas	Lucros Acumulados	Resultados abrangentes	Patrimônio líquido
		Reavaliação	Legal	Retenção				
Saldo 01 janeiro de 2020 (Publicado)	1.061.005	79.096	35.294	504.605		0	(692.667)	987.333
Ajuste de Exercícios Anteriores			1.475	28.022				29.497
Saldo 01 janeiro de 2020 (Reapresentado)	1.061.005	79.096	36.769	532.627	0	0	(692.667)	1.016.830
Lucros/Prejuízos Líquidos						366.691		366.691
Realização de reserva de reavaliação		(815)						(815)
JCP e Dividendos					(58.983)			(58.983)
Outros Resultados Abrangentes							40	40
Saldo em 30 de setembro de 2020	1.061.005	78.281	36.769	532.627	(58.983)	366.691	(692.627)	1.323.763

	Capital	Reservas			Outras Reservas	Lucros Acumulados	Resultados abrangentes	Patrimônio líquido
		Reavaliação	Legal	Retenção				
Saldo 01 de janeiro de 2021 (Publicado)	1.061.005	78.009	58.399	725.191	109.749		(292.983)	1.739.370
Ajuste de Exercícios Anteriores			442	8.399				8.841
Saldo 01 janeiro de 2021 (Reapresentado)	1.061.005	78.009	58.841	733.590	109.749	0	(292.983)	1.748.211
Lucros/Prejuízos Líquidos						465.344		465.344
Realização da reserva de reavaliação		(796)						(796)
Outros Resultados Abrangentes							25	25
Dividendos propostos					(109.749)	(63.215)		(172.964)
Saldo em 30 de setembro de 2021	1.061.005	77.213	58.841	733.590	0	402.129	(292.958)	2.039.820

Nota 1. Contexto Operacional

O Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro é uma empresa pública, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, vinculada ao Ministério da Economia, com sede em Brasília (DF). Foi criado pela Lei nº 4.516, de 1º de dezembro de 1964 e está regido pela Lei nº 5.615, de 13 de outubro de 1970; Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976; Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016; regulamentado pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016; por seu Estatuto Social vigente e pelas normas legais que lhe forem aplicáveis.

Com sede em Brasília (DF), o Serpro possui presença nacional, robusta infraestrutura tecnológica e ampla experiência no desenvolvimento, manutenção e hospedagem de grandes sistemas da Administração Pública Federal, oferecendo serviços de inteligência em TI para os setores público e privado.

Atento à exigência legal de desenvolver soluções tecnológicas que atendam ao relevante interesse coletivo e ao imperativo de segurança nacional, como propulsor da transformação digital no país, o Serpro busca ser reconhecido como a empresa que viabiliza o governo digital e que tem compromisso com a segurança e a proteção de dados do cidadão contra uso indevido e não autorizado, atendendo aos requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

1.1. Informações gerais do contexto econômico e considerações acerca da COVID- 19

No início de 2021, o Brasil sofreu com a chamada “segunda onda” do COVID-19, com impacto direto sobre a atividade econômica, que apresentava àquela época sinais, ainda que pequenos, de recuperação. Até o mês de setembro, observa-se que houve um avanço gradual da vacinação, o que possibilitou aos governos dos estados e municípios, uma maior flexibilização das restrições sanitárias, o que refletiu numa melhora na atividade econômica quando comparada ao primeiro semestre deste ano.

Segundo o boletim Focus, de 22 de outubro de 2021, a projeção do mercado é que o PIB nacional tenha uma recuperação em torno de 4,97%, quando comparado ao ano anterior, patamar ainda superior aos 3,50% projetados em janeiro de 2021. Em meio a esse cenário, o Serpro demonstra resiliência, adaptabilidade às mudanças e tempestividade para responder às alterações de cenário no ambiente externo minimizando os efeitos da pandemia no desempenho empresarial.

A continuidade de ações de gestão empresarial, implementadas durante o exercício de 2020, com foco em aumento de produtividade, adaptabilidade empresarial, conquista de novos clientes e otimização dos recursos, foram determinantes para o resultado alcançado no 3º trimestre de 2021, quando apresentou lucro líquido de R\$ 465,3 milhões, que corresponde a um incremento de 22,83% em relação ao resultado apurado no mesmo período do ano anterior.

O cenário fiscal do país mantém-se o mesmo, o Serpro continua sendo impactado, uma vez que os principais clientes da Empresa são unidades do Governo dependentes de recursos do Orçamento Geral da União (OGU). A queda na arrecadação federal, reflexo da diminuição verificada nas atividades econômicas, resulta em restrições orçamentárias para esses clientes.

Em contraponto às restrições dos clientes públicos, nota-se expressivo crescimento nas receitas provenientes de clientes privados; no 3º trimestre de 2021 observou-se crescimento de 33,71% quando comparado ao 3º trimestre de 2020. Esse resultado demonstra empiricamente o acerto da estratégia adotada de intensificar a diversificação da carteira de clientes e a geração de novos

negócios, o que trouxe o resultado expressivo da expansão das receitas com o mercado privado, mercado este que representou 15,23% de toda receita bruta operacional apurada no 3º trimestre de 2021.

A Empresa continua a atuar de forma tempestiva e proativa para apoiar o governo na retomada do crescimento econômico, ajudando a minimizar os efeitos provocados pela pandemia, com soluções digitais especialmente nas áreas de gestão pública, infraestrutura, saúde, educação e fazendária.

A gestão empresarial segue em alerta ao contexto atual da pandemia, agindo de forma a assegurar a sustentabilidade econômico-financeira, adotando medidas de contenção de gastos, otimização de recursos e minimização dos potenciais impactos financeiros, além daquelas voltadas à preservação da saúde dos empregados. Cabe destacar que, até o momento, não houve ocorrências que requeressem registros com impactos negativos na situação patrimonial do Serpro, haja vista: a continuidade de prestação de serviços junto aos clientes, sem redução do valor dos contratos vigentes; a consequente manutenção do valor de uso de seus ativos; e o fortalecimento da posição da Empresa como responsável pelos sistemas estruturantes do Governo Federal.

O SERPRO vem adotando os devidos procedimentos e ações sanitárias de prevenção aos efeitos remanescentes da COVID-19, visando a máxima segurança dos empregados no ambiente de trabalho, realizando ainda o monitoramento contínuo do comportamento da pandemia em cada Estado brasileiro, e nas localidades em que houve uma maior flexibilização no controle da COVID-19, para que o retorno da força de trabalho ocorra sem prejuízos à saúde dos funcionários.

Nota 2. Preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade com as normas brasileiras de contabilidade

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS).

A emissão e divulgação das demonstrações financeiras do terceiro trimestre, encerrado em 30 de setembro de 2021, foi autorizada pela Administração da Empresa em reunião realizada em 17 de novembro de 2021.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros, que são avaliados a valor justo com reflexo no patrimônio líquido, das provisões trabalhistas, cíveis e administrativas, que são mensuradas pelo valor atual estimado da obrigação e suas variações impactam diretamente o resultado do exercício, e das provisões matemáticas relativas aos benefícios pós-emprego da Empresa, mensuradas pelo valor presente líquido das obrigações, que podem impactar tanto resultado do exercício quanto outros resultados abrangentes (patrimônio líquido).

2.3. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Empresa é o Real e, para fins de apresentação, as demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação. Estimativas e premissas são revistas de forma contínua e as revisões dessas estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.5. Mensuração do valor justo

A mensuração do valor justo dos ativos financeiros ocorre pela abordagem do mercado principal, em que são utilizados os preços que foram observados e outras informações relevantes ao produto em transações no mercado que envolvem ativos ou passivos considerados semelhantes.

2.6. Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC

A Empresa apresenta a DFC, conforme NBC TG 03 (R3), pelo método direto, com reconciliação, em nota explicativa (NE 4.3), pelo método indireto.

2.7. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

A Empresa elabora DVA, conforme NBC TG 09, em que é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras.

Nota 3. Mudanças de política contábil com efeito retroativo

Considerando a aplicabilidade do disposto na NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros o Serpro identificou, no 1º trimestre do exercício de 2021, a necessidade de alteração de sua política contábil referente à apuração das Perdas Estimadas para Créditos em Liquidação Duvidosa (PECLD) a qual nos termos da NBC TG 23 (item 29) Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro requer a reapresentação dos valores correspondentes aos exercícios afetados.

3.1. Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa

O novo método para cálculo da PECLD redimensiona o risco de recebimento dos créditos com clientes, de acordo com cada segmento classificado pelo SERPRO, permitindo assim uma melhor qualificação de seu risco de perda dos créditos e de modo a garantir a melhoria da qualidade da informação.

À luz da NBC TG 48 há que se considerar a perspectiva das perdas esperadas, assim não é necessário que a perda ocorra para que só então a redução do valor recuperável seja reconhecida.

3.2. Montante dos ajustes

Considerando que a mudança de política contábil é retrospectiva, a rerepresentação dos valores aos exercícios anteriores afetados foi realizada e os cálculos afetam até os 3 (três) últimos exercícios, quais sejam 2018, 2019 e 2020, nos termos do que define a NBC TG 23 (item 19. b).

Exercício	Ajuste
2018	4.530.998
2019	24.965.590
2020	(20.655.492)
Total	8.841.096

3.2.1. Impacto no Ativo Fiscal Diferido

A reversão da provisão reduziu o Ativo Fiscal Diferido, tendo em vista que a PECLD é base de cálculo para sua constituição à alíquota de 34%.

Exercícios	PECLD	AFD	Líquidos
2018	6.865.149	(2.334.151)	4.530.998
2019	37.826.651	(12.861.061)	24.965.590
2020	(31.296.199)	10.640.708	(20.655.491)
Total	13.395.601	(4.554.504)	8.841.097

3.3. Impacto nas demonstrações financeiras

Com a adequação dos procedimentos contábeis a NBC TG 28 houve reversão dos valores provisionados nos exercícios supracitados, destarte, o impacto nas demonstrações financeiras foi de R\$ 8,8 milhões registrados no Patrimônio Líquido (Ajustes de exercícios anteriores), em que R\$ 13,3 milhões foram reversão de PECLD e R\$ 4,5 milhões reversão de AFD.

Exercícios	Balanco Patrimonial				Resultado do Exercício	
	Ativo		Patrimônio Líquido		Publicado	Reapresentado
	Publicado	Reapresentado	Publicado	Reapresentado		
2018	2.970.988	2.975.519	978.452	982.983	459.702	464.233
2019	3.685.986	3.715.483	987.334	1.016.831	486.849	511.815
2020	4.210.534	4.219.375	1.739.371	1.748.212	462.103	441.447

Nota 4. Resumo das principais políticas contábeis

4.1. Ativo Imobilizado

O ativo imobilizado corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades empresariais. São mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas.

4.2. Ativo Intangível

Trata-se de gastos incorridos, que atendem aos critérios de reconhecimento e mensuração para serem ativados, diretamente associados a software identificáveis e únicos. São mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas.

4.3. Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados compreendem os benefícios de curto prazo a empregados, cuja liquidação é esperada em até 12 meses; os benefícios pós-emprego, e os benefícios rescisórios, referentes ao Programa de Demissão Voluntária oferecido pelo Serpro.

As obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme prestação do serviço correspondente. As obrigações com benefícios pós-emprego a empregados são constituídas de Planos de previdência complementar (Planos de benefício definido e Planos de contribuição variável) e Programa de Assistência à Saúde (PAS/SERPRO).

Em decorrência da realização de Programa de Demissão Voluntária (PDV), o Serpro oferece a seus empregados aptos benefícios resultantes da decisão do empregado de aceitar uma oferta por parte da Empresa em troca da rescisão do contrato de trabalho.

4.4. Caixa e equivalente de caixa

Compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com realização imediata. Estão sujeitos a risco insignificante de alteração no valor justo, sendo utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

4.5. Instrumentos financeiros

Em relação à NBC TG 48 (rev. 14) e CPC 48 (rev. 14), estão incluídos, no Serpro, os itens patrimoniais: fundo de aplicação extramercado; créditos a receber de clientes; investimentos em incentivos fiscais; e contas a pagar ou fornecedores.

4.5.1. Fundo de aplicação extramercado

São valores de curto prazo, geralmente classificados como caixa e equivalentes de caixa, uma vez que podem ser resgatados para fins de fluxo de caixa. Em todos os casos, a mensuração ocorre pelo valor justo com contrapartida em conta de resultado (VJR), uma vez que no caso de caixa e equivalente de caixa são considerados, nos termos da NBC TG 48, como mantidos para negociação.

4.5.2. Créditos a receber de clientes

Não possuem componente de financiamento, uma vez que representam o valor acordado entre as partes, com vencimento médio de trinta dias, ou seja, não ultrapassam um exercício financeiro, não sendo aplicável também o cálculo de ajuste a valor presente.

Nos termos da NBC TG 48, o modelo de negócio referente a este ativo tem como objetivo a manutenção de ativos para receber fluxos de caixa contratuais, sendo portanto, reconhecidos pelo custo amortizado.

4.5.3. Contas a pagar ou fornecedores

Os valores de fornecedores e contas a pagar não possuem componente de financiamento, uma vez que representam o valor acordado entre as partes, com vencimento no curto prazo, não sendo aplicável também o cálculo de ajuste a valor presente.

É reconhecido pelo custo amortizado, não se alterando a forma anterior de reconhecimento. Conforme acima, os grupos relevantes afetados pela NBC TG 48 não foram impactados no Serpro. O quadro abaixo sintetiza as principais informações:

Grupo	Modelo de Negócio	Objetivo	Mensuração
1. Fundo de aplicação extramercado	Mantido para negociação e realização	Valorização do recurso e liquidez	Valor Justo em Resultado
2. Créditos a receber de clientes	Mantido para receber fluxos de caixa	Manter ativos para receber fluxos de caixas contratuais	Custo amortizado
2.1 Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	Mantido para receber fluxos de caixa	Manter ativos para receber fluxos de caixas contratuais	Estimativa de perdas futuras em Resultado
3. Investimentos em incentivos fiscais	Mantido para venda do ativo (não mantido para negociação ou negociação futura)	Usufruir dos benefícios fiscais e vender o ativo	Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes
4. Contas a pagar e fornecedores	Mantido para manutenção das atividades operacionais	Financiar as atividades operacionais; manter até o vencimento	Custo amortizado

4.6. Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa

O cálculo para PECLD considera perfil de pagamento dos clientes, levando em consideração a probabilidade de perda ao longo das faixas de inadimplência e a recuperabilidade desses valores de acordo com a série histórica.

Os tipos de clientes são segmentados nas categorias Clientes Públicos OGU, Clientes Públicos Não OGU e Mercado Privado e, a partir desta segmentação é analisado o comportamento histórico do desempenho de pagamentos dos clientes, no intuito de determinar o padrão de comportamento passado, avaliar as condições atuais, e realizar estimativas de acordo com a probabilidade de perda, recuperabilidade dos recebíveis e impacto das condições econômicas, identificando o risco inerente a cada esfera. Permanecem incluídos também como PECLD os valores em avaliação de direito registrados, integralmente, no ativo não circulante.

4.7. Provisões trabalhistas e cíveis

São provisionados os valores das ações, em fase de execução, que tenham probabilidade de saída de recursos igual ou superior a provável, classificados pelo departamento jurídico, como prováveis.

4.8. Provisões administrativas e tributárias

Os tributos de natureza indireta, incidentes sobre a receita oriunda dos entes públicos, que foram incluídos nos preços dos serviços e não recolhidos em virtude da aplicação da imunidade estão registrados em provisões administrativas no passivo circulante para ressarcimento a clientes, nos casos em que houver decisão favorável definitiva.

4.9. Receita operacional

Nos termos da NBC TG 47, o Serpro adota critério de reconhecimento da receita ao longo do tempo. Dessa forma, são contabilizadas além das receitas efetivamente faturadas, as receitas a faturar na mesma competência. Utilizam-se estimativas e premissas que refletem o tamanho e a composição da carteira de clientes. Assim, contabiliza-se, mensalmente, a receita a faturar em valor estimado, com base na média observada nos 90 dias que antecedem o período considerado.

4.10. Apresentação pelo valor líquido

As contas ativas e passivas que guardam, em sua essência, relações entre si, foram consideradas, para fins de apresentação, pelo valor líquido em razão de possuírem natureza semelhante.

Ativo

Ativo Circulante

Nota 5. Caixa e equivalente de caixa

	Em milhares de R\$	
Descrição	Set/2021	Dez/2020
Caixa/ Bancos	41.223	139.930
Aplicação financeira	1.632.049	1.554.565
Caixa e equivalente de caixa	1.673.272	1.694.495

5.1. Bancos conta movimento

São recursos financeiros disponíveis, depositados, em sua maioria, na conta limite de saque com vinculação de pagamento.

5.2. Aplicação financeira

Trata-se de aplicações financeiras de alta liquidez. Nos termos estabelecidos na Resolução 3284, de 15/05/2005, do Banco Central do Brasil – BCB, a quantia de R\$ 1.632.049 milhões está aplicada no mercado financeiro, contemplando os fundos de investimento, lastreados em títulos públicos federais, cujas rentabilidades são atreladas à taxa SELIC.

5.3. Reconciliação do Fluxo de Caixa

	Em milhares R\$	
Descrição	Set/ 2021	Set/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	465.344	366.691
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	73.581	81.678
Perdas Estimadas para créditos de liquidação duvidosa	20.522	46.890
Provisão acordo coletivo de trabalho	(19.281)	17.669
Provisões Trabalhistas, Cíveis e Administrativas	38.065	46.783
Benefícios pós-emprego	5.761	26.115
Créditos tributários diferidos	25.714	19.411
Receitas Financeiras	(5.994)	(20.309)
Lucro ajustado	603.712	584.928
Movimentações Patrimoniais		
Contas a receber	(203.086)	(114.991)
Ressarcimento de pessoal	42.555	15.184
Créditos diversos a receber	(23.939)	(52.745)
Créditos Tributários	(51.738)	(37.449)
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	(48.453)	(22.120)
Consignações	(45.096)	(10.477)
Tributos e Encargos Sociais	172.819	150.668
Fornecedores	(15.643)	(4.980)
Pessoal a Pagar	(25.625)	131.397
Processos trabalhistas a pagar	(36.647)	(47.694)
Provisões Trabalhistas, Cíveis e Administrativas	6.494	0
Participação nos Lucros ou Resultados	(28.708)	(28.229)
Outros Passivos	(879)	1.675
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais (a)	345.765	565.169
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(145.644)	(63.278)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos (b)	(145.644)	(63.278)
Dividendos pagos	(221.344)	(117.613)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento (c)	(221.344)	(117.613)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa no período (a) + (b) + (c)	(21.223)	384.278
Saldo inicial - Caixa e Equivalentes de Caixa	1.694.495	1.007.510
Saldo final - Caixa e Equivalentes de Caixa	1.673.272	1.391.787

Nota 6. Créditos a receber

6.1. Clientes

Os valores dos créditos a receber de clientes no encerramento do trimestre (R\$ 643 milhões), registrados no curto prazo, são apresentados no balanço e deduzidos das Perdas Estimadas em Créditos em Liquidação Duvidosa (PECLD) no valor de R\$80,9 milhões e de Perdas Incorridas no montante de R\$39,4 milhões.

	Em milhares de R\$	
Descrição	Set/2021	Dez/2020
Créditos a receber a faturar	153.998	146.646
Créditos a receber de clientes a vencer	239.964	181.340
Vencidos até 30 dias	63.176	10.147
Vencidos de 31 a 60 dias	33.552	29.916
Vencidos de 61 a 90 dias	28.034	13.860
Vencidos de 91 a 180 dias	34.468	19.953
Vencidos de 181 a 365 dias	62.121	45.156
Vencidos acima de 365 dias	147.929	113.781
Créditos a receber	763.242	560.799
PECLD	(120.264)	(100.386)
Total	642.978	460.413

Os valores de créditos a receber de clientes, registrados no longo prazo (R\$ 261,5 milhões), referem-se a faturas de clientes em avaliação de direito, em sua maioria em processo de conciliação e estão contabilizados como perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

	Em milhares de R\$	
Descrição	Set/2021	Dez/2020
Faturas a Receber	261.461	258.374
PECLD	(261.461)	(258.374)

6.2. Ressarcimento de Pessoal cedido a órgãos externos

Em setembro de 2021, o Serpro estava com 2.101 empregados cedidos aos órgãos do governo federal, em sua grande maioria vinculados ao Ministério da Economia, que é o responsável pelo processamento e pagamento da folha de salários desses empregados. Destes colaboradores, o Serpro tem direito ao reembolso pelo cessionário, formalizado pela emissão de Notas de Ressarcimento. Estas são o reconhecimento desse direito ao reembolso referente à folha de salário e correlatos.

6.2.1. Valores a serem ressarcidos

	Em milhares de R\$	
Descrição	Set/2021	Dez/2020
Créditos a receber - Fopag	47.476	38.452
Sentenças judiciais	49.828	54.400
Provisões ACT	0	6.293
Total	97.304	99.145

Os créditos a receber - Fopag são valores relacionados à folha de pagamentos ainda em processo de ressarcimento; as sentenças judiciais referem-se a acordos trabalhistas cujas obrigações constam do passivo circulante.

6.3. Créditos tributários

Descrição	Em milhares de R\$	
	Set/2021	Dez/2020
Tributos Federais		
IR e CSLL a recuperar/compensar	154.457	177.552
IRRF a compensar	2.968	8.382
IRPJ a recolher	(34.321)	(38.090)
CSLL a recolher	(50.252)	(38.495)
Tributos Municipais		
ISS a compensar	10.197	747
Total	83.049	110.096

O valor líquido de IR e CSLL, de 72,8 milhões, representa a diferença entre as antecipações decorrentes de retenção na fonte, os pagamentos realizados por estimativas, e os valores desses tributos devidos no final do período. Em ISS a compensar constam as retenções efetuadas por clientes imunes do DF realizadas após a obtenção da imunidade tributária.

Nota 7. Ativo não circulante para venda

Refere-se a imóveis não inseridos no contexto operacional da Empresa e com venda aprovada pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração. Os procedimentos adotados estão em conformidade com o que preconiza a NBC TG 31 (R4) - Ativo não circulante para venda e operação descontinuada. Em conformidade com a Resolução nº190 de 14/07/2021 do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos-CPI, o Serpro recebeu aprovação para alienação dos imóveis citados, viabilizando a continuidade dos processos de venda por leilão.

O valor de mercado dos imóveis foi definido a partir de laudos de avaliação de 2017 a 2020. A empresa de avaliação identificou que o valor total de mercado é de R\$ 35,9 milhões. Entretanto, foram realizados diversos leilões para venda desses bens, porém não houve interessados. O Serpro busca agora viabilizar a venda por um valor de liquidez menor que o de avaliação.

Imóvel	Depreciação acumulada	Valor terreno	Em milhares de R\$	
			Valor contábil	Valor mercado*
RJ/ Teresópolis				
Casa (recebida em acordo judicial)			246	400
DF/ Taguatinga				
Prédio Comercial	(58)	1.348	1.582	8.400
SP/São Paulo**				
Prédio Comercial	(201)	78	880	13.117
Prédio Comercial	(2.231)			14.017
Total	(2.490)	1.426	2.708	35.934

** Imóveis construídos no mesmo terreno que está abarcado por endereços diversos (R. Plínio Ramos nº 99, Luz e R. Antônio Pais nº 114/134)

Ativo Não Circulante

Nota 8. Realizável a longo prazo

8.1. Depósitos judiciais e recursais

Em milhares de R\$		
Descrição	Set/2021	Dez/2020
*Depósitos judiciais e recursais	317.845	269.393
Ações fiscais	6.351	6.351
Total	324.196	275.743

**Este valor dos depósitos judiciais e recursais está deduzido do ajuste de depósitos*

O grupo, em sua maioria, R\$317,9 milhões, representa garantia de juízo, sobretudo em ações de natureza trabalhista. Considerando o disposto na Lei nº 13.467/2017, parágrafo 4º, todos os depósitos para recursos passaram a ser feitos em conta vinculada ao juízo e corrigidos com os mesmos índices da poupança. Também integra o referido grupo as ações fiscais no valor de R\$6,3 milhões, que se referem a depósito administrativo referente à autuação fiscal efetuado com a finalidade de afastar os encargos moratórios da penalidade imposta, no caso de não acolhimento dos argumentos de defesa.

8.2. Ressarcimento de pessoal

Em milhares de R\$		
Descrição	Set/2021	Dez/2020
(a) Despesas judiciais	160.157	200.871
(b) Provisões trabalhistas	162.461	113.451
Total (a) + (b)	322.618	314.322

8.2.1. Despesas judiciais

O montante de R\$160,2 milhões refere-se às notas de ressarcimento referentes aos acordos e processos trabalhistas envolvendo empregados cedidos a outros órgãos, em sua ampla maioria à Receita Federal do Brasil e que aguardam a quitação.

8.2.2. Provisões trabalhistas

O montante de R\$162,5 milhões refere-se aos demais processos trabalhistas de pessoal do quadro externo, conforme controle da SUPJU.

8.3. Créditos tributários diferidos

Em milhares de R\$		
Descrição	Set/2021	Dez/2020
Ativo fiscal diferido	690.119	615.687
Passivo fiscal diferido	(136.933)	(115.572)
Total	553.186	500.115

O saldo representa a diferença entre o Ativo Fiscal Diferido e o Passivo Fiscal Diferido constituído sobre as adições e exclusões temporárias na apuração do IRPJ e CSLL e o crédito tributário sobre base negativa da contribuição social.

8.4. Créditos realizáveis a longo prazo

Descrição	Em milhares de R\$	
	Set/2021	Dez/2020
Créditos a Receber de Fundos de Pensão		
Superávit Serpros	31.357	24.174
Letras Financeiras de Santa Catarina	91.936	84.096
Demais Créd. Realiz. a Longo Prazo	304	22
Total	123.597	108.292

Os créditos realizáveis a longo prazo são compostos, principalmente, pelos créditos a receber de Fundos de Pensão, provenientes dos direitos relacionados às Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina (LFTSC) e à distribuição do superávit do plano PS-II, relativos à parcela do patrocinador.

Nota 9. Imobilizado

O Ativo Imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, sendo que as depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil empresarial do bem.

Descrição	Em milhares de R\$		Valor líquido	
	Saldo Set/2021	Depreciação/ Amortização	Set/2021	Dez/2020
Edifícios	145.174	(44.832)	100.342	101.548
Terrenos	65.604	0	65.604	65.604
Obras em andamento	14.329	0	14.329	10.722
Instalações	141.452	(107.520)	33.932	42.363
Benfeitorias propr. de terc.	1.817	(1.690)	127	222
IPC/90	19.210	(2.531)	16.679	16.679
Bens móveis	986.071	(718.242)	267.828	311.007
Total	1.373.657	(874.815)	498.840	548.144

9.1. Movimentação

	Em milhares de R\$			
	Saldo Dez/2020	Adições	Alienações/ Baixas	Saldo Set/2021
Edifícios	145.174			145.174
Terrenos	65.604			65.604
Obras em andamento	10.722	3.607		14.329
Instalações	141.435	17		141.452
Benfeitorias propr. de terc.	1.817			1.817
IPC/90	19.210			19.210
Bens móveis	1.029.038		(42.968)	986.071
Total	1.413.000	3.624	(42.968)	1.373.657

9.2. Movimentação da depreciação/ amortização

Em milhares de R\$

	Saldo Dez/2020	Depreciação/ Amortização	Alienações/ Baixas	Saldo Set/2021
Edifícios	(43.626)	(1.206)		(44.832)
Terrenos	0			0
Obras em andamento	0			0
Instalações	(99.072)	(8.448)		(107.520)
Benfeitorias propr. terc.	(1.595)	(96)		(1.690)
IPC/90	(2.531)		0	(2.531)
Bens móveis	(718.031)	(211)		(718.242)
Total	(864.855)	(9.961)	0	(874.816)

Nota 10. Intangível

Em milhares de R\$

Descrição	Dez/2020	Adições	Set/2021
Software	643.301	29.507	672.808
(Amortização acumulada)	(579.006)	(19.556)	(598.562)
Total	64.295	9.951	74.246

O saldo líquido corresponde a licenças de softwares e soluções empregadas na produção de serviços, ainda em processo de amortização. Os softwares criados internamente não estão registrados.

Passivo Passivo Circulante

Nota 11. Consignações

Em milhares de R\$

Descrição	Set/2021	Dez/2020
Previdência social	14.406	14.807
IRRF	15.455	49.983
Tributos federais retidos	3.074	16.487
Plano de previdência e assistência médica	12.596	9.960
Empréstimos, retenções e consignatários	4.333	3.573
Outros valores	467	617
Total	50.331	95.427

Nota 12. Tributos e Encargos

Em milhares de R\$

Descrição	Set/2021	Dez/2020
Passivo fiscal diferido (NE 12.1)	68.075	72.393
PASEP / COFINS a recolher (NE 12.2)	64.837	62.009
CPRB a recolher	12.209	16.904
FGTS	33.204	8.471
ISS a recolher	5.404	4.503
Outros tributos	1.134	571
Total	184.862	164.850

12.1. Passivo fiscal diferido

Em milhares de R\$

Descrição	Set/2021	Dez/2020
IRPJ/ CSLL s/ Crédito Superávit	0	7.534
Tributos s/ Crédito de Clientes a Faturar	68.075	64.859
IRPJ/ CSLL	44.264	42.133
Tributos s/ Receita Bruta	23.811	22.726
Total	68.075	72.393

Os tributos incidentes sobre o saldo de Créditos a Receber de Clientes a Faturar (R\$ 68,1 milhões) decorrem do reconhecimento da receita em conformidade com a NBC TG 47. Em Set/21 foi registrado reversão do IRPJ/CSLL sobre crédito de superávit em virtude da reclassificação para o ativo Não Circulante, devido a suspensão do pagamento.

A variação do Passivo Fiscal Diferido é atribuída principalmente à redução das receitas a faturar. Os tributos diretos sobre a receita bruta a faturar são CPRB, PASEP, COFINS e ISS.

12.2. PASEP/COFINS a recolher

Estão relacionados à movimentação do Contas a Receber de Cliente, tendo em vista que o recolhimento da maioria dessas contribuições ocorre por ocasião do recebimento.

12.3. CPRB a recolher

A redução da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta a recolher deve-se principalmente à redução da sua base de cálculo nos meses em comparação.

12.4. FGTS a recolher

O saldo do FGTS corresponde aos depósitos das competências de abril a julho de 2021 suspensas através da Medida Provisória nº 1.046/2021, com recolhimento em 4 parcelas entre setembro e dezembro/21.

A MP dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia do coronavírus.

Nota 13. Obrigações a pagar

13.1. Fornecedores

Em milhares de R\$		
Descrição	Set/2021	Dez/2020
A vencer	36.695	163.754

Nas obrigações a pagar junto a fornecedores houve redução de R\$ R\$5,0 milhões, em relação ao trimestre anterior, e R\$127,0 milhões no comparativo com o encerramento de 2020. Redução, em sua maioria, decorrente dos contratos em TI. O Serpro não possui valores vencidos a pagar.

13.2. Obrigações com pessoal a pagar e encargos trabalhistas

Em milhares de R\$		
Descrição	Set/2021	Dez/2020
Férias	185.104	183.762
13º salário	87.023	0
Licença prêmio	132.570	121.400
Pessoal a Pagar	15.700	4.660
Total	420.396	309.822

13.3. Programa de Demissão Voluntária - PDV

Em milhares de R\$			
Descrição	Valor Provisionado	Valor Pago	Saldo
PDV	130.989	(120.904)	10.085

O valor do incentivo provisionado culminou em R\$131,0 milhões, com pagamentos realizados, até o 3º trimestre de 2021, na ordem de R\$ 121,0 milhões

13.4. Provisão do Acordo Coletivo de Trabalho - ACT

Em julho/2021, foi registrada a reversão da provisão do ACT decorrente da assinatura do acordo das datas-base 2020/2021 e 2021/2022..

13.5. Plano de previdência complementar

Em milhares de R\$		
Descrição	Set/2021	Dez/2020
Encargos Moratórios	4.473	28.909
Contribuições paritárias	9.095	7.032
Total	13.568	35.941

O saldo corresponde, às contribuições normais paritárias a pagar na data do encerramento do balanço e ao reconhecimento a título do não pagamento de encargos moratórios junto à EFPC de ação de cobrança de parte relacionada 1 referente ao Processo 0012357-70.2016.401.3400 (CIV-0002/2016).

Passivo Não Circulante

Nota 14. Obrigações tributárias

Em milhares de R\$

Descrição	Set/2021	Dez/2020
PASEP/COFINS a recolher (NE 14.1)	223.515	118.576
ISS a recolher (NE 14.2)	129.246	84.589
ISS renegociado	38.755	38.755
IPTU a Recolher	3.211	0
Total	394.727	241.920

Do conjunto dessas obrigações vincendas após doze meses do encerramento do exercício social, destacam-se:

14.1. PASEP/COFINS a recolher

Representa a) contribuições incidentes sobre as faturas em avaliação de direito classificadas no ativo não circulante (R\$ 13,9 milhões); b) contribuições sobre serviços prestados a clientes públicos imunes, que sofreram alteração do regime não cumulativo para o regime cumulativo, por conta da aplicação da imunidade tributária, a partir de março de 2020. Esse procedimento resultou na transferência de R\$ 209,6 milhões do circulante para o não circulante.

14.2. ISS a recolher

Trata-se de obrigação provisionada no valor de R\$ 129,3 milhões, devido a aplicação da imunidade tributária nos municípios de São Paulo, Recife, Porto Alegre, Belém, Fortaleza e Rio de Janeiro. Em Brasília não houve a necessidade de provisionamento, pois a imunidade tributária na localidade foi reconhecida definitivamente pelo Governo do Distrito Federal através da publicação do ATO DECLARATÓRIO Nº 622 – NUBEF/ GEESP/COTRI/SUREC/SEF/SEEC, em 04 de outubro de 2019.

Nota 15. Provisões trabalhistas, cíveis e administrativas

15.1. Classificação dos riscos processuais trabalhistas e cíveis

Os advogados classificam os processos e atribuem o risco, com base no histórico do pedido, na experiência e no andamento do processo. Os riscos processuais são classificados no Serpro da seguinte forma:

Provável (51 a 100%): Os valores referentes a processos judiciais classificados com risco provável são contabilizados como passivo.

Possível (25 a 50%): Processos, cuja classificação de risco corresponde a possível, são inseridos nas notas explicativas, mas não estão reconhecidas e evidenciadas nas demonstrações financeiras

Remoto (0,1 a 25%): classificação empregada quando a chance de um ou mais eventos ou decisões desfavoráveis ser proferida é reduzida, configurando-se como um processo que dificilmente trará perdas ou prejuízos ao Serpro, ou são insignificantes as chances de que existam perdas.

15.1.1. Processos judiciais de riscos prováveis

Descrição	Em milhares de R\$	
	Set/2021	Dez/2020
Provisões trabalhistas e cíveis	480.299	427.209

São provisionados os processos, que atendem os requisitos de provisão estabelecidos no CPC 25, classificados como prováveis, em que a Empresa é ré e estão em fase de execução (ou seja, em aderência a letra A do parágrafo 17 do CPC 25, além do item 4.35 do CPC 00). A estimativa é produto do trabalho em conjunto e processo a processo do advogado e do perito assistente técnico, sendo o risco atribuído pelo advogado e o valor apurado pelo perito assistente com base no valor homologado de sentença de execução.

A maioria dos processos na empresa é de natureza trabalhista, representando mais de 98% do passivo provisionado. A Administração entende que as provisões constituídas para fazer frente aos processos trabalhistas e cíveis são suficientes para representar, os riscos de eventuais decisões judiciais desfavoráveis (NBC TG 25).

15.1.2. Movimentação dos processos trabalhistas e cíveis

Em milhares de R\$	
Saldo da provisão 31/12/2020	427.209
Processos que entraram na provisão	42.511
Processos que saíram da provisão	(4.807)
Majoração nos processos anteriormente provisionados	12.816
Redução nos processos anteriormente provisionados	(82.020)
Saldo da provisão 31/03/2021	395.708
Processos que entraram na provisão	17.801
Processos que saíram da provisão	(4.300)
Majoração nos processos anteriormente provisionados	11.343
Redução nos processos anteriormente provisionados	(52.136)
Saldo da provisão 30/06/2020	368.415
Processos que entraram na provisão	95.058
Processos que saíram da provisão	(10.349)
Majoração nos processos anteriormente provisionados	41.186
Redução nos processos anteriormente provisionados	(14.011)
Saldo da provisão 30/09/2020	480.299

O Serpro espera que parte do passivo seja reembolsado. Desta forma, e seguindo a NBC TG 25 (item 53), é contabilizado um ativo das ações de empregados cedidos, já que destes se espera a devolução dos valores desembolsados.

15.1.3. Expectativa de reembolso

Como o fundamento do reembolso é legal e a administração pública (de quem se espera o reembolso) é adstrita ao princípio da legalidade, a administração do Serpro julga que o reembolso é praticamente certo. Existe um trabalho contínuo para diminuição do passivo judicial através da celebração de acordos judiciais. Os esforços para celebração de composições amigáveis, reduziram sensivelmente o passivo de alguns dos processos de

maior valor, e o Serpro continua empenhado em celebrar acordos benéficos para a Empresa.

15.1.4. Redução do passivo

Existe um trabalho contínuo para diminuição do passivo judicial através da celebração de acordos judiciais. Os esforços para celebração de composições amigáveis, reduziram sensivelmente o passivo de alguns dos processos de maior valor, e o Serpro continua empenhado em celebrar acordos benéficos para a Empresa.

15.1.5. Processos judiciais de riscos possíveis

Até o encerramento do trimestre, além dos valores constantes do passivo, a Empresa está envolvida em 359 processos, cuja classificação está avaliada como possível, com estimativa total em torno de R\$ 111,7 milhões.

Em milhares de R\$		
Risco Processual Possível	Quantidade	Set/2021
Processos Cíveis	195	60.978
Processos Trabalhistas	164	50.762
	359	111.740

15.1.6. Declaração da Administração quanto ao reconhecimento e divulgação de provisões judiciais

A apropriação das provisões judiciais cumpre norma contábil (NBC TG 25 (R2)), o que não representa o reconhecimento da perda dos processos por parte da Empresa.

15.2. Provisões administrativas

Em milhares de R\$		
Descrição	Set/2021	Dez/2020
Provisões administrativas tributárias	57.775	17.296

Em consequência do reconhecimento definitivo da imunidade tributária, pelo DF, sobre os serviços prestados para entes públicos, a Empresa realizou provisão administrativa de R\$57,8 milhões referentes ao ISS para ressarcimento aos clientes.

Nota 16. Resultado do Exercício

16.1. Receita Bruta

16.1.1. Composição por obrigação de desempenho

Em milhares de R\$		
Descrição	Set/2021	Set/2020
Hospedagem de aplicações	1.673.705	1.664.963
Desenvolvimento e manutenção de software	150.733	136.315
Atendimento a Ambientes de Rede Local	98.807	116.208
Emplaca - Sistema Nacional de Emplacamento	87.268	56.859
Datavalid	78.805	38.220

Gestão de Margem Consignável	68.520	69.590
Administração de rede de longa distância	62.438	70.997
Infoconv	30.415	25.759
Emissão de CNH	25.621	16.568
Consulta CPF	23.728	17.173
Demais obrigações de desempenho	199.739	200.625
Serviços a Faturar (CPC 47)	(2.818)	(17.891)
Total	2.496.961	2.395.386

Em 2021, a Receita Bruta apresentou crescimento de R\$ 101,6milhões quando comparado ao 3º trimestre de 2020. A variação positiva de receita, no período analisado, é fruto dos esforços voltados para a diversificação de carteira e ampliação do portfólio de serviços, que trouxeram resultados positivos, evidenciados pelo crescimento da participação do mercado privado, que atualmente representa 15,23% de toda a carteira da empresa.

16.1.2. Receita maiores clientes

Em milhares de R\$

Cliente	Vinculado	Set/2021	Set/2020
SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil	Min. Economia	1.082.166	1.110.341
ME - Ministério da Economia - Diretoria Adm.Logística	Min. Economia	372.578	374.353
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	Min. Economia	157.815	156.196
PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	Min. Economia	145.117	142.519
MINFRA - Ministério da Infraestrutura	Min.Infraestrutura	113.010	17.300
SENASP- Secretaria Gestão e Ensino em Segurança Pública	Min. Justiça	51.231	43.217
DNIT - Depart. Nacional de Infraestrutura de Transportes	Min.Infraestrutura	31.343	28.760
MRE - Depart. de Comunicações e Documentação	Min. Relações Exteriores	11.593	282
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Min. Agricultura	11.230	9.254
SUFRAMA- Superintendência da Zona Franca de Manaus	Min. Economia	11.126	11.543
Demais Clientes Públicos		132.238	235.063
Cliente Públicos - Total		2.119.448	2.128.826
Clientes Privados		380.331	284.450
Serviços a Faturar (CPC 47)		(2.818)	(17.891)
Receita Total		2.496.961	2.395.386

Considerando a receita por cliente, observa-se uma redução de 0,44%, cerca de R\$ 9,38 milhões, referentes a clientes públicos, em relação ao mesmo período do ano anterior.

Tal variação pode ser justificada principalmente em função da restrição orçamentária antecipada pelos principais clientes e do cenário adverso originado pela Pandemia COVID19, ocasionando a redução dos níveis de receita dos clientes públicos não OGU em proporção maior do que a redução da receita oriunda dos clientes Públicos OGU, que apresentou estabilidade no período.

16.2. Receita Líquida

Em milhares de R\$

Descrição	Set/2021	Set/2020
Receita bruta	2.496.961	2.395.386
(-) ISS	55.476	55.474
(-) PIS / PASEP	37.850	37.359
(-) COFINS	174.353	172.090
(-) ICMS	22	51
(-) INSS patronal	108.753	106.967
(-) Descontos concedidos	76.417	3.266
(-) Vendas canceladas	1.818	11.930
Receita operacional líquida	2.042.271	2.008.249

16.3. Custos e despesas operacionais

Em milhares de R\$

Descrição	Set/2021			Set/2020 Reapresentado		
	CSP	Despesa	Total	CSP	Despesa	Total
Despesas com pessoal e benefícios	(798.370)	(319.729)	(1.118.099)	(883.422)	(364.541)	(1.247.963)
Depreciação e amortização	(52.568)	(21.012)	(73.581)	(64.460)	(17.218)	(81.678)
Locação	(44.725)	(17.258)	(61.983)	(26.805)	(7.837)	(34.642)
Manutenção	(51.889)	(18.115)	(70.004)	(60.714)	(29.588)	(90.302)
Serviços de Comunicação	(27.938)	(6.586)	(34.524)	(22.806)	(3.871)	(26.677)
Serviços profissionais e contratados	(55.043)	(15.887)	(70.930)	(38.042)	(25.876)	(63.918)
Serviços públicos	(13.147)	(5.368)	(18.515)	(11.296)	(7.325)	(18.620)
Resultado com créditos a receber		(20.522)	(20.522)	0	(46.890)	(46.890)
Créditos tributários	3.892		3.892	5.256		5.256
Despesas tributárias diversas	0	(4.208)	(4.208)	0	(2.236)	(2.236)
Materiais	(308)	(2.416)	(2.725)	(114)	(2.367)	(2.481)
Outras despesas/receitas	(415)	(37.728)	(38.144)	(830)	(13.655)	(14.486)
Resultado com ações judiciais	0	(93.252)	(93.252)	0	(44.557)	(44.557)
Total	(1.040.512)	(562.081)	(1.602.594)	(1.103.231)	(565.963)	(1.669.194)

Observa-se em relação ao gasto total (custos e despesas), recuo de 4%, quando comparado ao mesmo período de 2020, impactando positivamente o resultado em cerca de R\$ 66,6 milhões. Esse recuo foi influenciado, sobretudo, pela redução nas contas de Gastos com Pessoal, Resultado com Créditos a receber e Manutenção.

16.3.1. Aumentos e Reduções dos gastos

Em relação aos grupos que apresentaram aumento de gastos, quando comparados a setembro de 2020, destacam-se :Resultado com ações judiciais (R\$ 48,7 milhões), Locação (R\$ 27,3 milhões), Outras despesas/receitas (R\$ 23,7 milhões).

Quanto aos aumentos, destaca-se que :

Resultado com ações judiciais , aumento de R\$ 48,7 milhões (109,29%) em decorrência do aumento das provisões cíveis e trabalhistas e dos pagamentos de acordos efetuados .

Locação, apresentou aumento de 78,92% (R\$ 27,3 milhões) , aumento da contratação de licenças de ambientes operacionais , conforme a estratégia da empresa.

Outras despesas /Receitas : aumento da provisão de ISS a devolver a clientes , em função da aplicação da imunidade tributária.

Quanto às reduções , destaca- que:

Gasto com pessoal apresentou resultado 10,41% inferior ao mesmo período do exercício passado, o que corresponde a R\$ 129,9 milhões. Tal retração é justificada pela adesão de 838 empregados ao Plano de Demissão Voluntária, concluído em Dezembro/2020.

Resultado com Créditos a Receber reduziu aproximadamente R\$ 26,4 milhões (56,23% a menos, comparado ao mesmo período do exercício anterior), resultado da adimplência do exercício anterior e da revisão da metodologia de reconhecimento das Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)

O gasto com Manutenção sofreu redução de R\$ 20,3 milhões (22,48% a menos, comparando com setembro /2020). Movimento influenciado pelas ações do programa de otimização de gastos (POG).

16.3.2. Custo de benefícios de assistência à saúde aos empregados - CGPAR

A Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participação Societária da União- CGPAR nº 23 de janeiro de 2018, definiu diretrizes e parâmetros para o custeio das empresas estatais federais sobre benefícios de assistência à saúde aos empregados, estabelecendo o prazo para aderência à Resolução de 48 meses após sua publicação.

O artigo 3º da referida Resolução limita a participação da Empresa no custeio de assistência à saúde a um percentual da folha de pagamento, respeitando a paridade, ou seja, a participação da Empresa Estatal não poderá ser maior que a participação dos empregados no custeio de assistência à saúde. A Empresa, desde a publicação do referido regramento, vem implementando procedimentos para melhorar a gestão, evidenciação e acompanhamento dos gastos com o benefício de assistência à saúde.

Em setembro/2021,o Decreto Legislativo nº26/2021 sustou os efeitos da Resolução nº 23 de janeiro de 2018. Entretanto, o SERPRO, apesar da desobrigação, manterá a medição e acompanhamento dos controles e indicadores implantados, como boa prática.

16.3.2.1. Gasto total em Saúde - Set/2021

	Em milhares de R\$
Descrição	Set/2021
Utilização Plano de Saúde + Odontológico	162.223
Despesas Administrativas	16.430
Total Gastos com Saúde	178.653

16.3.2.2 Participação custeio Assistência à Saúde - 2021

Em milhares de R\$

Descrição	Participação	% Participação
Participação Empregados + PSE	122.778	68,72%
Participação Empresa	55.875	31,28%
Total Gastos com Saúde	178.653	100,00%

Conforme demonstrado, a participação da Empresa no custeio do benefício de assistência à saúde aos empregados até o 3º trimestre de 2021 foi de R\$ 55,9 milhões, correspondendo a 4,64% da folha de pagamento e a 31,28 % do total gasto com o benefício.

16.4. Resultado Financeiro

Em milhares de R\$

Descrição	Set/2021	Set/2020
Despesa Financeira	(5.857)	(22.726)
Receita Financeira	57.237	69.774
Resultado Financeiro	51.380	47.048

A variação desta rubrica impactou o resultado em R\$4,3 milhões. Apesar da queda observada nas Receitas Financeiras (R\$12,5 milhões), o ritmo de queda nas despesas financeiras, contribuiu positivamente para o resultado. Este movimento relacionado às despesas tem origem, principalmente, na retração em descontos financeiros concedidos, que gerou uma economia na ordem de R\$16,9 milhões. Já, em relação à receita, a retração de R\$ 12,5 milhões foi influenciada, principalmente, pela redução na remuneração das aplicações no fundo extramercado, devido à queda de rendimento mensal que é lastreada no índice SELIC, com retomada gradual a partir do segundo semestre de 2021, além do reconhecimento inicial da atualização monetária, em 2020, dos direitos relacionados às Letras Fiscais do Tesouro de Santa Catarina junto ao SERPROS.

16.5. Tributos sobre o lucro

O Serpro apura o IRPJ e a CSLL pelo regime de tributação do Lucro Real na modalidade anual, e no exercício de 2019, amparado em decisão própria na Ação Cível Originária - 2.658/DF transitada em julgado, e nos Pareceres Técnicos de sua assessoria jurídica, aplicou a imunidade tributária recíproca ao IRPJ, excluindo do Lucro Real, a parcela do resultado atribuído aos serviços prestados aos órgãos e as entidades públicas, mantendo a tributação sobre o lucro decorrente do resultado da parcela não imune.

Por inexistir regra específica para as empresas públicas como o SERPRO quanto à escrituração das obrigações acessórias de método para apuração dos resultados auferidos da prestação de serviços imune e não imune, a segregação dos lucros oriundos do poder público daqueles provenientes das entidades de direito privado foi proporcional à receita líquida faturada.

Quanto ao ICPC 22 - Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro em como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o lucro, a Empresa avaliou os requisitos da norma e não identificou impactos quanto à contabilização de passivos,

visto que os procedimentos aplicados na apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro seguem a legislação e decisões de tribunais administrativos e judiciais.

16.5.1. Imposto de Renda e Contribuição Social

Em milhares de R\$		
Descrição	Set/2021	Set/2020
IRPJ e CSLL correntes	(84.187)	(51.539)
IRPJ e CSLL diferidas	58.473	32.128
Total	(25.714)	(19.411)

16.5.2. Conciliação da despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social

Em milhares de R\$		
Descrição	Set/2021	Set/2020
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	491.058	386.103
(a) Tributos sobre o lucro (34%)	(166.960)	(131.275)
(b) Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:	82.387	79.736
Incentivos fiscais	1.382	1.181
Juros sobre capital próprio	21.764	20.332
Adições e Exclusões s/ diferenças temporárias	(62.777)	(44.657)
Compensação de Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	19.657	22.602
Exclusão de lucro atribuído ao setor público	100.546	82.021
Outras adições e exclusões	1.815	(1.742)
(c) Total dos tributos correntes (a) + (b)	(84.573)	(51.539)
Constituição/Reversão Tributos sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	(4.303)	(12.496)
Constituição/Reversão Tributos diferidos sobre diferenças temporárias	62.777	44.624
(d) Total dos tributos diferidos	58.473	32.128
(e) Total dos tributos correntes e diferidos (c) + (d)	(26.099)	(19.411)
<i>Alíquota efetiva (Total / Lucro)</i>	<i>-5,3%</i>	<i>-5,0%</i>

As despesas de IRPJ e CSLL do período compreendem os tributos correntes e diferidos que, confrontados com o lucro contábil (R\$491 milhões), resultaram numa alíquota efetiva de 5,3%, equivalente a despesa de R\$ 84,6 milhões.

Foi registrado R\$ 0,4 milhões de reversão tributos correntes relativos a 2020, por ocasião da conciliação da escrituração contábil e fiscal.

Esse resultado foi influenciado pelo acréscimo do lucro contábil, exclusão de lucro atribuído ao setor público, compensação de prejuízo fiscal e pelas variações das diferenças temporárias.

16.5.3. Demonstração da apuração do lucro a excluir do IRPJ

16.5.3.1. Distribuição da Receita Líquida

Descrição	Em milhares de R\$			
	Set/2021	%	Set/2020	%
Receita Operacional Líquida	2.042.271		2.008.249	
(-) Receita operacional líquida a faturar	(6.267)		(35.396)	
Receita Operacional Líquida a distribuir	2.036.004		1.972.853	
Receita líquida atribuída ao setor público	1.693.269	83,2	1.709.629	86,7
Receita líquida atribuída ao setor privado	342.735	16,8	263.224	13,3

16.5.3.2. Apuração do lucro atribuído ao setor público a excluir do IRPJ

Descrição	Em milhares de R\$			
	Set/2021	%	Set/2020	%
Lucro Líquido antes dos tributos sobre o lucro	491.058		386.103	
Adições/Exclusões	(7.470)		(7.507)	
Lucro Líquido ajustado a atribuir	483.589		378.596	
Lucro atribuído ao Setor Público Imune de IRPJ	402.183	83,2	328.083	86,7
Lucro atribuído ao Setor Privado	81.406	16,8	50.513	13,3
IR s/ Lucro atribuído ao Setor Público Imune a excluir	100.546		82.021	

Trata-se de detalhamento da apuração do lucro na prestação de serviço atribuído ao setor público imune de IRPJ (R\$402,2 milhões), que corresponde a exclusão de R\$ 100,5 milhões do IRPJ corrente em 2021 (R\$ 82,0 milhões em 2020). As receitas financeiras excedentes das despesas financeiras divergem do Resultado Financeiro, da demonstração de resultado, devido a exclusão de descontos concedidos deste cálculo.

16.5.4. Movimentação dos saldos dos ativos e passivos fiscais diferidos

Descrição*	Em milhares de R\$		
	Dez/2020	DRE	Set/2021
(a) Passivo fiscal diferido – Circulante	(49.667)	5.403	(44.264)
Provisão Ativa – Receita a Faturar (CPC 47)	(42.133)	(2.131)	(44.264)
Distribuição de Superávit SERPROS – CP	(7.534)	7.534	(0)
(b) Ativo fiscal diferido – Não Circulante	615.687	74.432	690.119
Provisões de processos trabalhistas e cíveis	145.251	18.051	163.302
Passivo atuarial	206.444	1.959	208.403
Provisão sobre créditos de liquidação duvidosa	128.862	824	129.686
Provisões Trabalhistas	47.832	(2.758)	45.074
Provisões Tributárias	64.121	52.197	116.318
Saldo da Base Negativa – CSLL	4.303	(4.303)	(0)
Outras provisões	18.874	8.462	27.336
(c) Passivo fiscal diferido – Não Circulante	(115.572)	(21.361)	(136.933)
Provisões de processos trabalhistas – PSE	(38.574)	(16.664)	(55.238)
Provisão ativa – Fundos de Pensão	(36.812)	(5.108)	(41.920)

Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis	(40.186)	410	(39.776)
(d) Créditos Fiscais Diferidos Não Circulante (b) + (c)	500.115	53.070	553.186
(e) Total Créditos Fiscais Diferidos (a) + (d)	450.448	58.473	508.921

Os tributos diferidos foram reconhecidos às alíquotas nominais do imposto de renda e da contribuição social. O saldo líquido de R\$ 508,9 milhões resulta da diferença entre o ativo fiscal diferido (R\$ 690,1 milhões) e o passivo fiscal diferido do circulante (R\$ 44,3 milhões) e não circulante (R\$ 136,9 milhões). O crédito relativo às provisões tributárias foi constituído sobre o IPTU, ISS e o PASEP/COFINS a recolher registrados no passivo não circulante, e sua reversão se dará na liquidação dessas provisões. O crédito tributário sobre a Base Negativa da CSLL de R\$ 4,3 milhões foi utilizado na compensação do tributo corrente.

16.5.5. Reflexo da aplicação da Imunidade Tributária no IRPJ

16.5.5.1. Reflexo na apuração dos tributos correntes

Em milhares de R\$

Descrição	Com Imunidade	Sem Imunidade	Efeito
Lucro antes dos Tributos	491.058	491.058	0
(a) Tributos sobre o lucro a 34%	(166.960)	(166.960)	0
(b) Ajustes que afetaram os tributos:	82.387	(21.829)	104.216
Incentivos fiscais	1.382	1.455	(73)
Demais adições e exclusões (afetaram o cálculo tributário)	(39.198)	(39.198)	0
Exclusão do lucro atribuído ao setor público	100.546	0	100.546
Compensação de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	19.657	15.914	3.743
(c) Despesa de IRPJ e CSLL correntes (a) + (b)	(84.573)	(188.789)	104.216

16.5.5.2. Reflexo na apuração dos tributos diferidos

Em milhares de R\$

Descrição	Com imunidade		Sem imunidade	
	Prejuízo fiscal	Não constituído	Prejuízo fiscal	Não constituído
AFD de IRPJ não constituído sobre saldo de prejuízo fiscal				
Saldo em Dez/2020	288.586	72.146	46.263	11.566
Compensação em 2021	(61.236)	(15.309)	(46.263)	(11.566)
Saldo em Set/2021	227.349	56.837	0	0

Nota 17. Partes Relacionadas

17.1. Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC

O Serpros Fundo Multipatrocinado, entidade que administra os planos previdenciários dos empregados e ex-empregados do Serpro é considerada parte relacionada do Serpro, tendo em vista que os Conselhos Deliberativo e Fiscal da entidade são formados, paritariamente, por conselheiros indicados pelo Patrocinador e por conselheiros eleitos pelos participantes e

assistidos (empregados ou ex-empregados do Patrocinador). Além disso, o Serpro indica todos os integrantes da Diretoria Executiva da entidade.

As operações com o Serpros e o consequente impacto nas demonstrações financeiras estão apontadas nas seguintes notas explicativas:

Em milhares de R\$					
Operação	AC	ANC	PC	PNC	PL
Créditos a Receber	0				
Créditos realizáveis a longo prazo		31.357			
Créditos realizáveis a longo prazo - LFTSC		91.936			
Valores retidos de participantes			9.096		
Encargos sobre contribuições (2013 a 2017)			4.473		
Benefício pós-emprego - Passivo atuarial				612.951	
AVP - Perdas/Ganhos atuariais					441.311
Tributos - AVP - Perdas/Ganhos atuariais					(150.046)
Total	0	123.293	13.569	612.951	291.265

17.2. Composição dos órgãos estatutários

O Ministério da Economia, cliente relevante e órgão ao qual o Serpro é diretamente vinculado, possui 6 representantes no Conselho de Administração e 3 representantes no Conselho Fiscal. O cliente Secretaria do Tesouro Nacional é representado por 1 membro no Conselho Fiscal.

17.3. Transações comerciais

Em milhares de R\$					
Clientes	Receita Bruta	Faturas a vencer	Faturas vencidas		
			Até 364 dias	365 dias ou mais	Faturas Avaliação Direito
SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil	1.082.166	0	2.266	46.072	243.280
ME- Ministério da Economia - Diretoria Adm.Logística	372.578	45.129	88.853	7.334	125
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	157.815	0	0	0	0
PGFN- Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	145.117	131	26.129	21.929	0
MINFRA - Ministério da Infraestrutura	113.010	0	7.372	752	695
SENASP- Secretaria Gestão e Ensino em Segurança Pública	51.231	6.291	13.801	1.205	0
DNIT - Depart. Nacional Infraestrutura de Transportes	31.343	1.366	1.366	115	0
MRE -Depart. de Comunicações e Documentação	11.593	995	0	0	0
INCRA - Instituto Nacional Colonização e Reforma Agrária	11.230	1.403	788	0	0
SUFRAMA -Superintendência da Zona Franca de Manaus	11.126	1.261	9	29	0
Demais Clientes Públicos	132.238	8.687	22.409	51.357	12.680
Total	2.119.447	65.263	162.993	128.793	256.780

Conforme prevê o artigo 4º do Estatuto Social, entre as finalidades do Serpro, consta a de atender prioritariamente aos órgãos do Ministério da Economia.

Gileno Gurjão Barreto
Diretor Presidente

André de Cesero
Diretor de Relacionamento com
Clientes

Antônio de Pádua Ferreira
Passos
Diretor de Administração e
Diretor de Desenvolvimento
Humano (cumulativo)

Antonino dos Santos Guerra
Neto
Diretor de Operações

Ricardo Cezar de Moura Jucá
Diretor de Desenvolvimento

Carla Ribeiro Alves Marques
Contadora CRC 015723/O-9

Anexo I. Normas brasileiras de contabilidade aplicáveis

Norma	Assunto	CPC	IASB
NBC TG 01 (R4)	Redução ao valor recuperável de ativos	CPC 01(R1)	IAS 36
NBC TG 03 (R3)	Demonstração dos fluxos de caixa	CPC 03 (R2)	IAS 07
NBC TG 05 (R3)	Divulgação sobre partes relacionadas	CPC 05 (R1)	IAS 24
NBC TG 09	Demonstração do valor adicionado (DVA)	CPC 09	-
NBC TG 13	Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da nº 449/08	CPC 13	-
NBC TG 21 (R4)	Demonstração Intermediária	CPC 21	IAS 34
NBC TG 22 (R2)	Informações por segmento	CPC 22	IFRS 08
NBC TG 23 (R2)	Políticas Contábeis, mudança de estimativa e retificação	CPC 23	IAS 08
NBC TG 24 (R2)	Evento subsequente	CPC 24	IAS 10
NBC TG 25 (R2)	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes,	CPC 25	IAS 37
NBC TG 26 (R5)	Apresentação das demonstrações contábeis	CPC 26 (R1)	IAS 01
NBC TG 27 (R4)	Ativo imobilizado	CPC 27	IAS 16
NBC TG 31 (R4)	Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada	CPC 31	IFRS 05
NBC TG 32 (R4)	Tributos sobre o lucro	CPC 32	IAS 12
NBC TG 33 (R2)	Benefícios a empregados	CPC 33 (R1)	IAS 19
NBC TG 37 (R5)	Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade	CPC 37 (R1)	IFRS 01
NBC TG 47	Receita de contrato com cliente	CPC 47	IFRS 15
NBC TG 48	Instrumentos financeiros	CPC 48	IFRS 09
ITG 08	Contabilização da proposta de pagamento de dividendos	ICPC 08 (R1)	-
ITG 10	Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento	ICPC 10	-

Anexo II. Legislação aplicável

Legislação	Data	Assunto
LC 109/2001	29/05/2001	Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar
LC 116/2003	31/07/2003	Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal.
Lei 4.516/1964	01/12/1964	Cria o Serviço Federal de Processamento de Dados, vinculado ao Ministério da Fazenda.
Lei 5.615/1970	13/10/1970	Dispõe sobre o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e dá outras providências.
Lei 6.404/1976	15/12/1976	Dispõe sobre as Sociedades por Ações.
Lei 8.020/1990	12/04/1990	Dispõe sobre as entidades fechadas de previdência privada e suas patrocinadoras, no âmbito da Administração Pública Federal.
Lei 8.666/1993	21/06/1993	Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.
Lei 9.245/1995	26/12/1995	Altera dispositivos do Código de Processo Civil, relativos ao procedimento sumaríssimo.
Lei 9.430/1996	27/12/1996	Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social e o processo administrativo de consulta.
Lei 9.636/1998	15/05/1998	Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União.
Lei 10.406/2002	10/01/2002	Institui o Código Civil.
Lei 10.833/2003	29/12/2003	Altera a Legislação Tributária Federal.
Lei 11.638/2007	28/12/2007	Altera e revoga dispositivos da Lei 6.404/76, e da Lei 6.385/76 e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.
Lei 11.941/2009	27/05/2009	Entre outros, institui regime tributário de transição, alterando a Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976.
Lei 12.942/2013	27/12/2013	Abre crédito especial ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda e do Turismo.
Lei 12.973/2014	13/05/2014	Revoga o Regime Tributário de Transição e dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil.
Lei 13.303/2016	30/06/2016	Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias no âmbito da União, dos Estados, do DF e dos Municípios.
Decreto 101/1991	17/04/1991	Regulamenta a Lei nº 8.167/91, que altera a legislação do IR relativa a incentivos fiscais e condições operacionais dos fundos de investimentos regionais.
Decreto 6.976/2009	07/10/2009	Dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal e dá outras providências.
Decreto 8.945/2016	27/12/2016	Regulamenta, no âmbito da União, a Lei no 13.303/2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

IN 787/2007	20/11/2007	Institui a Escrituração Contábil Digital.
RIR 99/ Decreto 3.000	26/03/1999	Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos.
Portaria MF 184/2008	25/08/2008	Dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-las convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Anexo III. Sumário de siglas e abreviaturas

ACO – Ação Cível Originária	CUP – Crédito Unitário Projetado
ACT – Acordo Coletivo de Trabalho	CVM – Comissão de Valores Mobiliários
AFD – Ativo Fiscal Diferido	DCTF – Declaração de Débitos e Créditos de Tributos Federais
AGU – Advocacia-Geral da União	DENATRAN - Departamento Nacional de Trânsito
APA – Ações de Preparação para a Aposentadoria	DFC – Demonstração do Fluxo de Caixa
BACEN – Banco Central do Brasil	DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
BD – Benefício Definido	DPI – Declaração Padronizada do ISSQN
BPA – Benefício Proporcional Acumulado	DRE – Demonstração do Resultado do Exercício
BRGAAP – Normas de Contabilidade Geralmente Aceitas no Brasil	DVA – Demonstração do Valor Adicionado
CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais	EFPC – Entidade Fechada de Previdência Complementar
CASSI – Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	FAE – Fundo de Aplicação Extramercado Comum
CD – Contribuição definida	FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
CDT – Carteira Digital de Trânsito	FINAM – Fundo de Investimentos da Amazônia
CFC – Conselho Federal de Contabilidade	FINOR – Fundo de Investimentos do Nordeste
CGPAR – Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participação Societária da União	FIPE – Fundação Instituto de Pesquisa Econômica
CGU – Controladoria Geral da União	ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
CMN – Conselho Monetário Nacional	IEA – Indenização Especial de morte por Acidente
CNH – Carteira Nacional de Habilitação	INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor
CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica	INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	IPA – Invalidez Permanente total ou parcial por Acidente
COJUR – Consultoria Jurídica	IPC – Índice de Preços ao Consumidor
CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis	IRPJ – Imposto Renda Pessoa Jurídica
CPF - Cadastro de Pessoas Físicas	ISS – Imposto Sobre Serviços
CPRB – Contribuição previdenciária sobre a receita bruta	ITG – Interpretação Técnica Geral
CRLV – Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo	JSCP – Juros Sobre Capital Próprio
CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	LFTSC – Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina
CSP – Determinação do custo dos serviços prestados	LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

MANAD – Manual Normativo de Arquivos Digitais	SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados
MEI – Microempreendedor Individual	SEST – Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
MF – Ministério da Fazenda	SIAFI– Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
MPDG – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	SICONV– Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
MPT – Ministério Público do Trabalho	SIGEP – Sistema de Gestão de Pessoas
NBC TG – Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral	SISCOMEX – Sistema Integrado de Comércio Exterior
NF-e – Nota Fiscal Eletrônica	SISDEPEN – Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional
NR – Nota de Ressarcimento	SNE – Sistema de Notificação Eletrônica
ORA – Outros Resultados Abrangentes	SPED – Sistema Público de Escrituração Digital
PAS-ODONTO/Serpro – Plano de Assistência à Saúde Bucal do Serpro	STF – Supremo Tribunal Federal
PAS/Serpro – Programa de assistência à saúde dos empregados do Serpro	STN – Secretaria do Tesouro Nacional
PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	SUPGL – Superintendência Logística
PAT – Parcelamento administrativo de débitos tributários	SUPJU – Superintendência Jurídica
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação	TI – Tecnologia da Informação
PECLD – Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa	TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo
PERT – Programa Especial de Regularização Tributária	TR – Taxa Referencial
PETI – Plano Estratégico de Tecnologia da Informação	TST – Tribunal Superior do Trabalho
PFD – Passivo Fiscal Diferido	VJORA – Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes
PGFN – Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	VJR – Valor Justo em Resultado
PIS – Programa Integração Social	VT/SP – Vara do Trabalho de São Paulo
PLR – Participação nos Lucros e Resultados	
PND – Programa nacional de desestatização	
PS-I – Plano Serpro I	
PS-II – Plano Serpro II	
PSE – Pessoal Serviço Externo	
RECEITANET – Declaração do Imposto de Renda via Internet	
RFB – Secretaria da Receita Federal do Brasil	
RVA – Remuneração Variável Baseada em Ações	